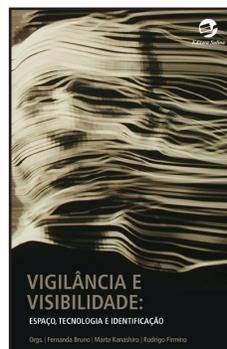


# Imaginário e violência: vigilância, visibilidade e tecnologia como vetores da existência humana no contexto contemporâneo

Angela Pintor

**BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta (Orgs.)** (2010). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina. 296 p.



**Resumo:** O imaginário da violência perpassa os capítulos de *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*, expondo-se em variadas formas simbólicas: em modos de perceber, pensar e agir no contexto da sociedade contemporânea. A obra se desenvolve com base em reflexões a respeito do ver e do ser visto, além das experiências relativas aos espaços, a partir da intervenção da tecnologia e as significações nos regimes de vigilância e visibilidade.

**Palavras-chave:** vigilância; visibilidade; tecnologia da informação; violência simbólica

**Abstract:** *Imagery and violence: surveillance, visibility, and technology as vectors of human existence in the contemporary context* – The imagery of violence permeates the chapters of *Surveillance*

*and visibility: space, technology and identification*, emerging in varied symbolic forms: in modes of perceiving, thinking and acting in the context of contemporary society. The work evolved from reflections about seeing and being seen, about experiences involving spaces starting from the intervention of technology and significations in the regimes of surveillance and visibility.

**Keywords:** surveillance; visibility; information technology; symbolic violence

O imaginário da violência cerce os regimes de vigilância e visibilidade e os processos de assimilação da tecnologia pelo humano, articulando modos de pensar e de agir típicos de uma sociedade subordinada à lógica da técnica em estágio avançado. O poder criador do imaginário encontrou na tecnologia um instrumento valioso, eficaz na materialização de configurações tramadas nas dimensões da mente humana e orientadas pelo modo dual de percepção do eu e do outro. E nos intrincados caminhos da mente, com seus nós e seus modelos representativos da verdade, o imaginário escolhe operar com matizes da violência nas suas relações com o mundo, com o outro.

Observar aspectos subjetivos e objetivos dos regimes de vigilância e visibilidade, nesse contexto, é estar frente a frente com o imaginário e com suas produções. As nuances da violência nos regimes de vigilância e visibilidade expõem-se como medo, insegurança, (des)controle, coerção, excessos do olhar que guarda o suspeito *a priori*. É um estado mental de alerta permanente em relação ao outro, no sentido daquilo que é tomado por oposto, lembrando o ideal da guerra formulado por Clausewitz (2003, p. 91): “a guerra é uma luta” adensada, primordialmente, pela prática de “sondar as forças morais e físicas” do inimigo; assim, a guerra é, antes, um processo de “espírito de guerra” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 183) que penetra a artilharia. É como se o imaginário projetasse através do agregado corpo humano-instrumento tecnológico seu desejo de controle e posse do outro, calcificando a forma pensamento da violência.

As categorias do imaginário e da violência articulam os capítulos de *Vigilância e visibilidade*, comparecendo em gradações variadas, do tácito ao objetivo, embora essa articulação não seja explicitada na introdução da obra. A proposta, segundo os organizadores, é apresentar reflexões acerca de referentes contemporâneos que organizam os processos do ver e do ser visto e, com isso, atualizam as experiências relativas aos espaços e às significações nos regimes de vigilância e visibilidade. No desenvolvimento dos capítulos, persiste a convergência entre o imaginário da violência, as tecnologias de comunicação e informação e o humano, como conjunto-esquema produtor de sentido nos processos do ver e do ser visto.

O livro é organizado em três partes: “Espacialidades vigiadas”, “Vigilância e visibilidade nas tecnologias de comunicação” e “Dispositivos de identificação no Brasil”. Nelson Arteaga Botello abre as reflexões da obra analisando a experiência de vigilância eletrônica no município mexicano de Huixquilucan, onde, em 2004, foi instalado um circuito fechado de televisão para a proteção das fronteiras locais, mediante a justificativa

de que a violência e a criminalidade provinham de municípios vizinhos. A vigilância comparece, no caso analisado, com a dupla face de proteção e controle social; contribui, assim, para a configuração e disseminação da violência em seu modo de desintegração social, na medida em que acentua o abismo entre grupos protegidos das câmeras de vídeo e grupos considerados objeto do sistema de vigilância por serem tomados como potenciais geradores da criminalidade. Essa lógica segregacionista recorta, classifica e organiza o espaço urbano com autoridade institucional.

Outra experiência urbana com o uso de dispositivos tecnológicos em sistemas de segurança pública é analisada por Rafael Barreto de Castro e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, reforçando entendimentos que acusam as relações entre medo, controle e espaço. O caso em estudo é a experiência iniciada em 2005 pela prefeitura do Guarujá, município no litoral do Estado de São Paulo, com o objetivo de reduzir a quantidade de crimes na cidade. Por meio de entrevistas com moradores e vigilantes ligados ao sistema de videomonitoramento, os autores identificaram a influência da percepção de segurança sobre a sociabilidade na cidade, desenvolvida favoravelmente em ambientes identificados como mais confiáveis. A noção de confiabilidade do ambiente, no contexto, está ancorada no componente não humano, isto é, no aparato eletrônico de monitoramento; dito de outro modo, a intervenção da tecnologia de vigilância sobre o humano aumenta a chance da sociabilidade, é vetor condicionante forte o suficiente para fazer a questão da visibilidade, como exposição demasiada do sujeito, ficar diluída e justificada socialmente no regime de segurança.

O espírito da violência que preenche as relações entre sujeito e aparatos tecnológicos comparece, também, nas questões tratadas por André Lemos sobre os dispositivos e serviços de tecnologia dedicados à localização e mobilidade, denominados pelo autor de mídias locativas. No trabalho são destacadas as propriedades de invisibilidade e penetração das mídias locativas nas práticas de controle, monitoramento e vigilância informacionais, categorias com as quais o autor constrói uma matriz interpretativa para analisar os modos de operação das mídias locativas e suas relações com as seguintes noções: segurança/insegurança, medo da desorientação, excesso e descontrole na profusão de informações e possibilidades de localização. Na esteira dessa configuração sociocultural que emerge do universo das mídias locativas, o autor também analisa as novas territorialidades informacionais.

Os recortes e as possibilidades de visibilidade do espaço decorrentes da intervenção das tecnologias de informação são explorados por Fábio Duarte e Rodrigo Firmino, que discutem como distintas espacialidades podem surgir de um mesmo espaço nas formas do perceber, sentir e se comportar, que se produzem nas relações do sujeito com objetos e com outros sujeitos no ambiente. Segundo os autores, os fatores que contribuem para a diversidade de espacialidades são os filtros culturais e os instrumentos tecnológicos. Nesse contexto, são analisadas quatro modalidades da construção das espacialidades no meio urbano: 1) o controle de fragmentos especiais pela inserção de dispositivos que “recortam” o espaço com a intenção de vigilância e controle; 2) a representação

do espaço como mapas georreferenciados, imagens que relacionam espaço, conteúdo, funcionalidades e sociabilidade; 3) a construção de espaços digitais representacionais da cidade; 4) a infiltração de meios tecnológicos na cidade formando um espaço ampliado. As novas espacialidades produzidas no ambiente sociotécnico, entendidas a partir dessas modalidades, expõem um espaço híbrido, mistura de dimensão física e informacional e também de propriedades dessas dimensões, que não estão justapostas ou alinhadas, mas infiltradas, remodelando-se continuamente.

A segunda parte do livro é dedicada às relações entre vigilância e visibilidade, associadas ao uso das tecnologias de informação e comunicação. David Lyon abre a seção discutindo a ambiguidade das questões sobre políticas de vigilância e visibilidade, que faz conviverem a promiscuidade no uso das tecnologias de vigilância, a preocupação com a privacidade e a consciência sobre os limites de eficiência dessas tecnologias em relação às suas prometidas funções. É como se houvesse uma combinação de ironia e consentimento matizando as discussões sobre vigilância e visibilidade. O autor analisa a dinâmica dos esquemas de vigilância e visibilidade tomando como referência o ataque terrorista de 11 de setembro e a atuação da mídia em relação ao evento. O trabalho se sustenta em duas premissas: 1) na hipótese de que a vigilância é aceita pelo fato de existir uma sociedade que vem cultivando hábitos de espectador, por incentivo da tevê e do cinema; 2) na constatação de dois processos ligados, ilustrados pelo 11 de setembro – o estímulo que o sinóptico oferece à produção de interpretações e narrativas específicas do mundo e a legitimação que essas interpretações e narrativas promovem de outros tipos de observação, de modo sistemático. A mídia teria, nessas circunstâncias, um papel fundamental no esquema de produção de sentido, a partir da legitimação da vigilância e visibilidade.

As ligações entre o poder das mídias de massa, das mídias distribuídas de grupo e a vigilância são discutidas por Henrique Antoun a partir da ideia de que o monitoramento e a vigilância fazem parte das relações do público com os meios de comunicação. Essas relações estão organizadas dinamicamente em função da natureza da atividade das mídias e das relações que elas mantêm com a população – a mídia massiva no seu papel de concretizar o monopólio sobre a atualização das informações quanto ao seu passado, e a mídia distribuída de grupo forçando a quebra desse monopólio ao permitir que o próprio usuário atualize a informação. Nesse jogo de forças, o público pode ser visto pelo menos de dois modos, a saber, assumindo uma posição de passividade, sendo construído pelo meio, ou como participante, que determina os produtos de sua formação. Funda-se aí a convergência de três componentes: 1) as relações das mídias de massa e irradiadas de grupo; 2) o posicionamento do público em relação a elas; 3) os regimes de monitoramento e vigilância como parte das ligações entre a população e as mídias. O monitoramento e a vigilância participam, na situação analisada, das forças que compõem a formação do sujeito social, criando uma triangulação com as mídias no processo de construção da sua identidade política. O autor analisa, nessa conjuntura,

em que medida e em quais condições o sujeito desenvolve uma subjetividade própria nesse meio de formação.

No espaço sociotécnico em que transcorre a existência do ente humano, no qual os meios de comunicação e os suportes tecnológicos dos regimes de vigilância e visibilidade comparecem como vetores, ocorre um fenômeno de diluição da violência, contributivo para a formação de um estado de vigilância distribuída, conforme discute Fernanda Bruno. Tomando como referência o exemplo do serviço de localização de crimes e criminosos disponível no website <<http://criminalsearches.com/>>, a autora desenvolve o conceito de vigilância distribuída, que se caracteriza pela infiltração de dispositivos, serviços e ambientes nas formas de comunicação, na circulação de pessoas, bens e informações, nos sistemas de segurança, no lazer e na sociabilidade. Na vigilância distribuída, o modo de organização de seus elementos é não hierárquico, as funções de pessoas, objetos e processos são diversificadas; ocorre uma espécie de alisamento de superfície onde antes havia rugosidades e diferenciações marcadas pela clivagem entre grupos sujeitos à observação, na qualidade de supostamente suspeitos, e grupos observadores. No fluxo de informações e imagens, enfim, processa-se um regime de vigilância sem distinções, legitimado, avançado e complexo, que se concretiza explícita ou tacitamente, de variadas formas, sob diversos ângulos, impregnando visões de mundo e, por extensão, hábitos.

A explosão dos limites entre público e privado com a diluição do imaginário da segurança e a infiltração do regime de vigilância na sociedade é analisada por Hille Koskela a partir da proposta de um website dedicado ao policiamento da população na fronteira entre Estados Unidos e México. Trata-se do programa de observação virtual da fronteira do Texas, criado pelo governo norte-americano, permitindo que qualquer pessoa participe do controle da fronteira, bastando, para isso, que acesse uma rede de *webcams* e sensores. A proposta do programa e a experiência que ele proporciona remetem ao culto à violência, no qual está fincado o imaginário do medo, e do qual faz parte o incentivo ao policiamento promovido pelas autoridades públicas, tornando a vigilância uma prática contra o outro. Esse esquema sociocultural carrega a ambivalência segurança/insegurança, repertório que se calcifica com o tempo, pela repetição e duração de um modo de ver o outro, construindo, irreversivelmente, a cultura do medo. A vida humana vai, nessas circunstâncias, costurando-se nessa base e naturalizando a insegurança.

A violência e o medo comparecem, ainda, nas articulações entre mídia, rotina e vítima virtual desenvolvidas por Paulo Vaz. O autor discute como o imaginário da violência na cidade do Rio de Janeiro exerce a violência urbana. Isto é, a constituição da agenda psíquica da violência, que inclui elementos como brutalidade, desprezo pela vida, banalização do sofrimento e impunidade, e da qual a mídia é contribuinte eminente, já é um ato de violência. A produção de sentido da violência (e, por extensão, do crime) produz, segundo o autor, a subjetividade da vítima virtual como sendo a pessoa que concebe suas rotinas de trabalho e de lazer ancorada na possibilidade de se tornar vítima. A ideia de vítima contempla o indivíduo que sofre pela ação de alguém contra ele, e limita suas

possibilidades de trabalho e de lazer em função dessa experiência dolorosa; contempla, também, a passividade, no sentido da (in)capacidade do sujeito de agir política e coletivamente. Nessa conjuntura, o repertório midiático constrói e generaliza a existência da vítima virtual, e ilustra e alimenta o imaginário no que diz respeito aos perfis daqueles apontados como criminosos.

O repertório midiático, portanto, assim como as produções audiovisuais contemporâneas, estão contribuindo para a constituição de uma estética da vigilância (e por que não dizer, estética da violência), como discutem Consuelo Lins e Fernanda Bruno, no encerramento da segunda parte do livro. Essa estética da vigilância se delinea a partir da apropriação de imagens de múltiplas ordens, captadas por diversos dispositivos, e expostas com o auxílio de suportes de variados tipos, inclusive em ambientes como museus e galerias. Esse conjunto se traduziria no termo “vigilância artística”, representativo tanto de produções baseadas em circuitos fechados de vigilância e controle quanto de produções provenientes de instrumentos de captação de imagens no espaço aberto social. Nesse contexto, as autoras analisam o processo de passagem de um regime tradicional da estética da vigilância para um regime atualizado da vigilância artística.

A última parte do livro reúne reflexões sobre os dispositivos de identificação no Brasil. No primeiro trabalho, Mauricio Lisovsky e Teresa Bastos analisam as evidências da vigilância nos arquivos de fotografia da polícia política brasileira e em suas práticas de espionagem, o que inclui o imaginário reinante em tais práticas e sua retratação nas imagens. Dois outros trabalhos discutem questões de contexto do sistema de registro de informações e da atualização do documento de identificação no Brasil. As formas de identificação das pessoas pelo Estado, e sua derivação na ambivalência representada pelas significações de Estado inclusivo e Estado repressivo, são discutidas por David Murakami Wood e Rodrigo José Firmino, no processo de mudança do sistema de identificação no país e de sua relação com a lógica da vigilância. Danilo Doneda e Marta Kanashiro resgatam o percurso histórico de constituição e implantação do documento único de identificação no Brasil, para analisar questões relativas à sua função como banco de dados de informações pessoais e sua potência para gerar atividades de vigilância sobre a população.

## Referências

CLAUSEWITZ, Carl Von (2003). *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes.

ANGELA PINTOR é mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e membro do CENCIB – Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura do PPGCOS da PUC-SP.

angelapintor@terra.com.br